

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1002725-37.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Colégio Cecilia Meireles S/s**
 Requerido: **Andrea Lamboglia Pinheiro e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Vistos.

COLÉGIO CECILIA MEIRELES S/S LTDA — EPP ajuizou a presente Ação de **Cobrança** em face de **FERNANDO LUIS SODRÉ CAMARGO** e **ANDREA LAMBOGLIA PINHEIRO**, todos devidamente qualificados.

Aduziu o autor que é credor dos requeridos pelo valor de R\$ 60.007,55 referente às mensalidades escolares dos filhos **BERNARDO PINHEIRO CAMARGO** e **VICENTE PINHEIRO CAMARGO**, referente aos meses de Agosto/2012 a Dezembro/2013 e de Agosto/2014 a Dezembro/2015.

A inicial veio instruída com documentos.

Os requeridos, ofereceram defesa a fls. 86/87, confessando a dívida, alegando que deixaram de honrar o compromisso em virtude de dificuldades financeiras.

É o relatório.

DE C I D O.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Na defesa encartada a fls. 86/87 os requeridos confessaram a inadimplência.

Por fim “necessidades financeiras” embora dignas de nota não servem como **fundamento jurídico** para obstar a procedência.

Mais, creio é desnecessário acrescentar.

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, **NOS TERMOS DO ART. 487, INCISO III, LETRA “A”, HOMOLOGO O RECONHECIMENTO DA PROCEDÊNCIA DO PEDIDO FORMULADO NA PORTAL** e via de consequência, **CONDENO** os requeridos **FERNANDO LUIS SODRÉ CAMARGO** e **ANDREA LAMBOGLIA PINHEIRO** a pagarem ao autor, **COLÉGIO CECILIA MEIRELES S/S LTDA - EPP** a quantia de R\$ 60.007,55 (sessenta mil e sete reais e cinquenta e cinco centavos), referente aos meses de Agosto/2012 a Dezembro/2013 e de Agosto/2014 a Dezembro/2015.

Fica ainda os requeridos condenados a pagarem as mensalidades que se venceram a partir de então, nos termos do artigo 323 do CPC, com correção monetária a contar de cada vencimento. Tudo será incluído com juros de mora, à taxa legal, a contar da citação.

Sucumbente, arcará os requeridos com as custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em 10% sobre o valor da condenação.

Transitada em julgado essa decisão caberá ao vencedor iniciar o cumprimento de sentença fazendo o requerimento necessário nos termos dos artigos 523 e 524, do CPC.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Publique-se e intinem-se

São Carlos, 09 de maio de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**